

# Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho Técnico da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – GTT CNAPO

EQUIPE SECRETARIA-EXECUTIVA DA CNAPO: CILIDIA BARBOSA DE SOUZA; KETLEY ELLIENAY MACHADO DO PRADO; LEANDRO DIAS DE SANTANA; PATRICIA DIAS TAVARES; THAÍS PONCIANO BITTENCOURT



Foto 1: Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, com membros e participantes da 1ª Reunião do GTT da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. Fonte: Bruno Peres/ASCOM SG-PR, 2023.

## INTRODUÇÃO

A agroecologia faz parte da pauta dos diversos movimentos e organizações sociais do campo, das águas, da floresta e também das cidades, que encontram na agroecologia respostas concretas não só a desafios imediatos, a começar pela superação da fome e da pobreza, como também à concretização dos anseios da população por uma alimentação saudável, por saúde coletiva, pela conservação dos biomas e da agrobiodiversidade, pelo acesso à terra e territórios, por justiça climática, pela geração de trabalho associada à distribuição de renda, por relações mais cooperativas, de equidade entre homens e mulheres e a oportunidade para jovens exercerem plenamente a sua cidadania política e econômica.

Em junho de 2008, o Presidente Lula recebeu no Palácio do Planalto, em Brasília-DF, representantes do movimento orgânico que ofereceram um café da manhã com produtos e alimentos orgânicos e agroecológicos. Também participaram do café da manhã o então Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No evento, o presidente Lula se sensibilizou para a necessidade da criação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento de vários desafios existentes para o setor e que todas deveriam ser organizadas no contexto de uma Política Nacional para a produção orgânica e agroecológica.

A inclusão da agroecologia na agenda prioritária das políticas públicas foi impulsionada com a entrega da pauta da Marcha das Margaridas à presidenta Dilma Rousseff, em 2011, durante ato em Brasília-DF. Ao participar da Marcha, a presidenta anunciou ações e políticas em resposta às reivindicações, dentre elas, a elaboração de um Programa Nacional de Agroecologia, assegurando a participação dos movimentos sociais e o protagonismo das mulheres. Foi a partir de tais reivindicações que o Governo Federal foi mobilizado a dar uma resposta qualificada e coordenada ao desafio posto e formalizou, mediante uma Portaria Interministerial, um Grupo de Trabalho para a elaboração da proposta do Programa de Agroecologia.



Foto 2: Marcha das Margaridas, 2011. Fonte: Thaís Bittencourt.

### A POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA – PNAPO

O [Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012](#), instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), tendo como objetivo “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis”. Assim, a PNAPO almeja contribuir para o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida da população com a oferta e o consumo de alimentos saudáveis.

Em 2018, a PNAPO foi premiada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) por seu ineditismo no *Future Policy Awards 2018* (Prêmio Políticas para o Futuro edição 2018), que premia as melhores leis e políticas de promoção da agroecologia no mundo. A PNAPO conquistou o segundo lugar (Prêmio Prata), dentre 51 políticas de 21 países<sup>1</sup>.

A PNAPO também tem inspirado os estados brasileiros a elaborarem suas próprias políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica, espalhando a agroecologia como política pública por todo o país. Estados como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas e Pará têm políticas estaduais instituídas e estados como Paraná, Ceará e Rio Grande do Norte possuem projetos de lei em tramitação nesse sentido<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> <https://agroecologia.org.br/2018/10/16/politica-de-agroecologia-do-brasil-recebe-premio-internacional/>.

<sup>2</sup> Dados da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2022.

## **A CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (CIAPO)**

O Decreto definiu as diretrizes, instrumentos e instâncias de gestão da PNAPO. Coube à Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO, a tarefa de elaborar a proposta do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) ou Plano Brasil Agroecológico, articulando órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para a implementação da PNAPO e do Brasil Agroecológico. Também compete à CIAPO apresentar relatórios e informações à CNAPO para o acompanhamento e monitoramento do PLANAPO.

A Secretaria-Executiva da CIAPO é exercida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, que deve providenciar suporte técnico e administrativo para seu funcionamento.

## **A COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA – CNAPO**

A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, é a instância de participação da sociedade civil no acompanhamento da PNAPO e na elaboração de seu principal instrumento, o Planapo. Então composta por 14 representantes da sociedade civil e 14 representantes de órgãos e ministérios do governo federal, com seus respectivos suplentes, cabe à CNAPO propor as diretrizes, objetivos, instrumentos e prioridades do Plano. A Secretaria-Executiva da CNAPO é exercida pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

Um dos principais resultados das ações da CNAPO é a promoção e a garantia da participação da sociedade no acompanhamento da execução, aprimoramento e monitoramento da PNAPO e do Plano Brasil Agroecológico, promovendo diálogo entre instâncias governamentais e não governamentais relacionadas à agroecologia e à produção orgânica, no âmbito nacional, estadual e municipal.

### **Subcomissões Temáticas**

Outra competência da CNAPO é a constituição de Subcomissões Temáticas (STs), que podem reunir setores governamentais e da sociedade, para propor e subsidiar a tomada de decisão sobre temas específicos no âmbito da PNAPO. Entende-se as STs como espaço de constante elaboração e aperfeiçoamento da PNAPO.

A CNAPO chegou a ser organizada em 08 Subcomissões Temáticas para a discussão de temas específicos e fundamentais da temática agroecológica e da produção orgânica, acompanhando, de modo geral, os eixos dos Planapos, e foram:

- **Produção, Fomento, Crédito e Agroindustrialização**, com o objetivo de propor estratégias para redesenhar a política de crédito para a agricultura familiar,

identificando experiências já existentes, além de criar um marco conceitual para a definição do público beneficiário das políticas de agroecologia;

- **Conhecimento**, que visa acompanhar e propor o enfoque agroecológico nos processos de formação formal e não formal, pesquisa, ensino e assistência técnica e extensão rural;
- **Sociobiodiversidade**, que busca acompanhar e propor iniciativas relacionadas ao agroextrativismo, manejo, produção e beneficiamento de espécies da agrobiodiversidade, contribuindo para aprimorar políticas públicas e ampliar a participação dos povos e comunidades tradicionais nessas políticas;
- **Insumos**, que tem o desafio de pensar a regularização dos insumos para a produção orgânica, com o registro de produtos fitossanitários, de fertilidade de solos e plantas, veterinários, de nutrição animal e de tecnologia de alimentos e embalagens, e que deve disponibilizar um catálogo nacional de insumos para a agricultura orgânica;
- **Sementes**, que trabalha com o objetivo de apoiar a promoção das sementes crioulas e varietais, com o levantamento dos bancos de germoplasma existentes no Brasil e elaboração de propostas para disponibilizar tais sementes em políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos, frente aos processos de erosão genética, perda da agrobiodiversidade e avanço dos transgênicos no Brasil;
- **Mulheres**, que se reúne anteriormente às demais subcomissões, para que todas as participantes possam levar aos demais grupos o enfoque do protagonismo das mulheres nas diversas ações e políticas voltadas à agroecologia e produção orgânica;
- **Produção Orgânica**, que já existia no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária, e conta com representantes das 5 regiões do país, com aproximadamente 500 organizações em sua base, e que tem discutido propostas de alteração e aperfeiçoamento de algumas instruções normativas relativas à produção orgânica;
- **Terra e Território**, que foi organizada a partir do Planapo II, com a incorporação do eixo Terra e Território, tendo em vista a relevância deste tema para a agroecologia e à produção orgânica.



Foto 3: Ato de instalação da CNAPO, em 2012, com o então ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Fonte: SG-PR, 2012.

## **O PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (Planapo)**

Um dos principais instrumentos da PNAPO é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), conhecido como Brasil Agroecológico.



Foto 4: Presidenta Dilma Rousseff no lançamento do Plano Brasil Agroecológico (Planapo I), durante a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. A solenidade contou com a participação da Presidenta Dilma Rousseff e diversos ministros, além de representantes da sociedade civil e parlamentares. Fonte: SG-PR, 2013.

## **Planapo I (2013-2015)**

O Planapo I (vigência 2013-2015) foi elaborado de forma participativa, incluindo ações de 10 ministérios e 6 autarquias/empresas públicas, resultando em amplo conjunto de ações públicas, com 125 iniciativas, envolvendo a destinação de mais de R\$2,9 bilhões. Além de ter incentivado a articulação entre agentes públicos e privados em torno da agroecologia, o Planapo contribuiu para a incorporação do tema em diversos outros processos de planejamento e implementação de políticas públicas, tanto em nível federal, quanto subnacional.

O Planapo I foi estruturado em quatro eixos estratégicos:

- Produção;
- Uso e Conservação de Recursos Naturais;
- Conhecimento;
- Comercialização e Consumo.

Dentre as principais Ações e Programas, destacam-se:

- ECOFORTE: Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica;
- Assistência Técnica e Extensão Rural com foco em práticas agroecológicas;
- Programa de Sementes;
- Programa Segunda Água para Produção;
- Aquisição de Alimentos Orgânicos e Agroecológicos;
- Desenvolvimento de insumos e tecnologias de produção.

E dentre os principais resultados, destacam-se:

- Fortalecimento da produção orgânica e de base agroecológica em 182.000 unidades familiares de produção;
- Adequação de 28.000 unidades de produção aos regulamentos da produção orgânica;
- Fortalecimento de 30 redes territoriais locais de agroecologia e apoio a 450 empreendimentos agroecológicos, fortalecendo a produção, o processamento, o acesso aos mercados convencionais, alternativos e institucionais e a ampliação da renda dos agricultores familiares e extrativistas através dos Editais do Programa ECOFORTE, parceria entre a Fundação Banco do Brasil (FBB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que totalizou R\$ 175 milhões;
- Implantação de 60 mil unidades de acesso à água para produção no Programa Segunda Água em propriedades de produção agroecológica;
- Atendimento de 75 mil famílias, 4 mil mulheres, 26 mil agroextrativistas e 6 mil pescadores e aquicultores por ATER agroecológica;
- Duplicação dos recursos do PAA para aquisição de produtos orgânicos ou de base agroecológica;

- Disponibilização de 5% a.a. dos recursos do PAA para aquisição de sementes;
- Estruturação e apoio a 1.200 bancos de sementes;
- Qualificação da gestão de 150 organizações econômicas familiares (cooperativas, associações) agroecológicas e orgânicas;
- Regulamentação de 50 especificações de referência de produtos fitossanitários aprovados na agricultura orgânica, gerando centenas de novos produtos comerciais.
- Criação de uma proposta de Programa Nacional para a Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara).



Imagem 1: Capa do Planapo I, vigência 2013-2015.

### **Planapo II (2016-2019)**

Entre 16 e 18 de setembro de 2015 foi realizado no Palácio do Planalto, Brasília-DF, o Seminário Dialoga Brasil Agroecológico. O evento reuniu mais de 100 representantes do governo federal e da sociedade civil para dialogar sobre a PNAPO e contribuir para a elaboração do Planapo II (vigência 2016-2019). Também foi possível contribuir para a construção do Planapo II através da Plataforma digital Dialoga Brasil, aberta à colaboração de toda a sociedade.

As propostas debatidas e resultantes do Seminário foram encaminhadas à Câmara

Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), que sistematizou 185 iniciativas, distribuídas em 29 metas, e organizadas em seis eixos estratégicos, adicionando dois eixos em relação ao Planapo I, que foram considerados como estratégicos: Terra e Território e Sociobiodiversidade.

Assim, o Planapo II foi estruturado em seis eixos estratégicos:

- Produção;
- Uso e Conservação de Recursos Naturais;
- Conhecimento;
- Comercialização e Consumo;
- **Terra e Território;**
- **Sociobiodiversidade.**



Foto 5: Maria Emília Pacheco, então presidenta do Consea, na cerimônia de abertura do Seminário Dialoga Brasil Agroecológico, junto com o então Ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rosseto, e o então Ministro do MDA, Patrus Ananias, assim como então membros da CNAPO, Paulo Petersen/ANA e Generosa Silva/Unicafes. Foto: Thaís Bittencourt, 2015.

### **Impedimento e Desmonte da participação social no contexto da CNAPO**

No contexto político do impedimento do governo da presidenta Dilma Rousseff, houve uma ruptura nos processos de participação social e de implementação das políticas públicas, de modo que os trabalhos e atividades da CNAPO e CIAPO foram gradativamente paralisados e desmontados. Em 2019, o [Decreto nº 9.784](#) revogou uma série de colegiados de participação social, desmontando ambas instâncias de gestão da PNAPO – CNAPO e CIAPO.

## **O Grupo de Trabalho Técnico PNAPO (GTT PNAPO): Reconstruindo a Participação Social na elaboração e no acompanhamento da PNAPO e do PLANAPO.**

Em 2023, ao início do atual governo Lula, reforça-se a reconstrução da CNAPO como órgão colegiado junto à nova estrutura regimental da Secretaria-Geral da Presidência da República. No entanto, como a Comissão ficou paralisada, a orientação foi criar um Grupo de Trabalho Técnico para pensar a recomposição das instâncias de gestão da PNAPO.

Assim, a Secretaria-Geral encaminhou convite aos órgãos, Ministérios e entidades da sociedade civil que, então, compunham a CNAPO, para que pudessem indicar representantes ao grupo que seria formado. Como resultado, o Grupo de Trabalho Técnico (GTT PNAPO) foi instituído por meio da Portaria nº 10, de 24 de março de 2023, com a finalidade de apresentar proposta de alteração na composição das instâncias de gestão da PNAPO, objetivando a revisão do Decreto nº 7.794/2012.

### **PORTARIA Nº10, de 24 de março de 2023**

A [Portaria nº 10, de 24 de março de 2023](#) instituiu o GTT PNAPO, sob coordenação da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas, através da Secretária Kelli Mafort, da SG-PR. A Portaria definiu os representantes da sociedade civil e os convidados representantes de órgãos e ministérios do Poder executivo federal, que são:

#### **SOCIEDADE CIVIL**

1. Agricultura Familiar e Agroecologia – AS-PTA;
2. Articulação Nacional de Agroecologia;
3. Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA Brasil;
4. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER;
5. Associação Brasileira de Agroecologia – ABA;
6. Câmara Temática de Agricultura Orgânica – CTAO;
7. Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF;
8. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
9. Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS;
10. Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social – FBSPG;
11. Movimento da Mulheres Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTR-NE;
12. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC;
13. Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA;
14. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST;
15. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu – MIQCB;
16. Rede Cerrado;
17. Rede de Assistência Técnica Rural das Organizações Não Governamentais do Nordeste – Rede ATER Nordeste;
18. Rede Ecovida de Agroecologia;

19. Subcomissão Temática de Produção Orgânica – STPOrg;
20. União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES.

## GOVERNO

1. Presidência da República - Secretaria-Geral – SG/PR;
2. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA;
3. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra;
4. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;
5. Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA;
6. Ministério da Saúde;
7. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
8. Ministério da Agricultura e Pecuária – MAP;
9. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;
10. Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática – MMAMC;
11. Ministério da Educação – MEC;
12. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;
13. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI;
14. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS.
15. Advocacia-Geral da União



Foto 6: Ato de assinatura da Portaria nº 10, de 24 de março de 2023, que instituiu o GTT PNAPO. Fonte: SG-PR, 2023.

Em 10 de Maio de 2023, foi publicada a Portaria nº 16, que prorrogou por 45 (quarenta e cinco) dias o prazo para a apresentação do relatório final do GTT PNAPO ao Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República.

## 1ª REUNIÃO DO GTT PNAPO

Nos dias 03 e 04 de abril de 2023 foi realizada a 1ª reunião do GTT, no auditório do Anexo I do Palácio do Planalto e CECAD, em Brasília-DF, com a participação de cerca de 60 pessoas, dentre as quais os representantes da sociedade civil e do governo no referido grupo. A reunião teve a seguinte programação:

Dia 03/04/2023		
Horário	Atividade	Local
9h - 9h30	<b>Credenciamento dos participantes</b> Café da manhã	Auditório Anexo I
9h30 - 10h30	<b>Mesa de Abertura</b> Composição: - Secretarias Executivas dos Ministérios representados na CNAPO - Fala de saudação de dois representantes da sociedade civil (agroecologia e orgânicos) Coordenação: Kelli Mafort/SG-PR e Paulo Petersen/ANA	Auditório Anexo I
10h30 - 12h	<b>Plenária de Abertura</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>“Agroecologia na defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável: Ensinos no período de pandemia”</li> </ul> Composição: - Apresentação da Experiência “Ação Coletiva Comida de Verdade” (Mireya Valencia/UnB) (20min) - Apresentação da Experiência “Campanha Mãos Solidárias” (Paulo Mansan/MST) (20min) - Apresentação da Experiência da Fiocruz (André Burigo/Fiocruz) (20min) - Debate (30min) Coordenação: Silvio Brasil/SG-PR e Carmen Munarini/MMC	Auditório Anexo I
12h - 14h	<b>Almoço</b>	
14h - 16h	<b>Mesa 1</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentação da nova composição e estrutura de Governo (Ministérios e órgãos@gov/ CIAPO - definir)</li> <li>Políticas Públicas e estruturas ministeriais que envolvem a Agroecologia e a Produção Orgânica (Debate orientador para pensar a recomposição da CNAPO e CIAPO)</li> </ul> Composição: Representantes da CIAPO (definir) Coordenação: Vivian de Almeida/MDA e um representante da sociedade civil (a definir)	Auditório Anexo I

Dia 04/04/2023		
Horário	Atividade	Local
08h - 10h	- Reunião dos representantes da Sociedade Civil - Reunião dos representantes do Governo	Auditório Anexo I e CECAD
10h - 13h	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Reunião dos Subgrupos de Trabalho:</b></li> </ul> 1. Recomposição da CNAPO. Relator do grupo: Paulo Petersen/ANA. Apoio ao grupo: Silvio Brasil/SG-PR.  2. Ações estratégicas prioritárias para 2023 (PRONARA, ECOFORTE, NEA, ATER e outras possibilidades). Relator do grupo: Leomárcio da Silva/MPA. Apoio ao grupo: Michela Calaça/SG-PR e Marcelo Fragozo/SG-PR.	CECAD

	3. Ações agroecológicas e participação no PPA 2024-2027. (Participação de representante da Secretaria Nacional de Participação Social para apresentar processo e prazos PPA). Relator do grupo: Vilênia Venâncio/Contag. Apoio ao grupo: Thaís Bittencourt/SG-PR.	
13h -14h	<b>Almoço</b>	
14h -16h	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Apresentação dos Grupos de Trabalho e Validação pelo Pleno</b></li> </ul> Coordenação: Michela Calaça/SG-PR, Flávia Londres/ANA, Cássio Trovatto.	Auditório Anexo I
16h-16h30h	<b>Pausa - Lanche</b>	
16h30 -18h	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Informes gerais;</b></li> <li>- <b>Proposta de Plano de Trabalho do GTT PNAPO;</b></li> <li>- <b>Encerramento.</b></li> </ul>	Auditório Anexo I

### Principais pontos e encaminhamentos da 1ª Reunião do GTT CNAPO:

#### Subgrupo 1: Recomposição da CNAPO

- Formação de um Grupo Assessor do GTT CNAPO, composto por 04 representantes da sociedade civil e 04 representantes do governo;
- Concordância para a composição paritária da CNAPO, em consonância com a Portaria nº 147, de 6 de março de 2023;
- Debate sobre a necessidade de ampliação da representação de governo (e sociedade civil, para manter a paridade) na CNAPO; Critérios; Prazo dos Mandatos; Regimento Interno;
- Possíveis formas de financiamento (CNAPO e PLANAPO e para discussões nos territórios).

#### Subgrupo 2: Ações Estratégicas Prioritárias para 2023

- PRONARA – Recomendação para que a SG/PR conduza o processo de discussão e atualização do Programa;
- ECOFORTE, NEAs, ATER e outras.

#### Subgrupo 3: Ações Agroecológicas e Participação no PPA 2024-2027

- Informe e participação de representante da Secretaria Nacional de Participação Social para apresentar o processo e prazos do PPA participativo;
- Indicação de 03 representantes da sociedade civil no GTT CNAPO para participação nas edições do Fórum Interconselhos - PPA Participativo (ainda a definir com a SNAPS);
- Recomendação para que os representantes de governo se atentem, dentro das oficinas em seus órgãos, para garantir ações e recursos para a Agroecologia no PPA 2024-2027, visando o Planapo III;
- Concordância em incorporar a agroecologia como um objetivo estratégico e ação transversal do PPA 2024-2027;
- Repensar uma articulação interconselhos, junto com o Consea e o Condraf;
- Retomar o diálogo e a articulação no Parlamento;
- Considerar as STPorgs, via MAPA, quando da indicação de representantes da agenda dos orgânicos presentes nas várias unidades da federação;
- Recuperar (e atualizar) o documento “Considerações da CNAPO sobre a importância estratégica da agroecologia para o PPA” elaborado no âmbito do PPA 2016-2019.



Foto 7: Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, com participantes da 1ª Reunião do GTT da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. Fonte: Bruno Peres/ASCOM SG-PR, 2023.

## **GRUPO ASSESSOR DO GTT PNAPO**

Um dos principais encaminhamentos da 1ª reunião do GTT PNAPO foi a constituição de um Grupo Assessor do GTT PNAPO, cujos representantes pudessem se reunir com mais frequência e funcionar como grupo focal para a interlocução, tanto junto ao governo, quanto junto à sociedade civil. Assim, de composição paritária entre governo e sociedade civil, o grupo foi formado por SG-PR, MDA, MDS e MAPA, no âmbito do governo, e pela ANA, ABA, CONTAG e CTAO no âmbito da sociedade civil.

Entre abril e junho de 2023 o Grupo Assessor do GTT PNAPO realizou 09 reuniões via videoconferência, e todas com a possibilidade de participação presencial para os representantes em Brasília-DF.

Nas reuniões do Grupo Assessor do GTT PNAPO foram debatidas e encaminhadas as principais demandas apresentadas no âmbito da 1ª Reunião do GTT PNAPO.

Assim, foram desenhadas estratégias para a participação social no âmbito do Fórum Interconselhos do PPA Participativo 2024-2027, com a indicação dos representantes do GTT PNAPO. Foi também realizada uma atualização da carta da CNAPO ao PPA, que foi distribuída e dialogada pelos representantes do GTT PNAPO junto aos demais participantes da 1ª Etapa do Fórum Interconselhos PPA 2024-2027, considerando a agroecologia como dimensão estratégica para o combate à fome e à pobreza. Além da divulgação e compartilhamento de informações sobre a participação do grupo no Fórum Interconselhos, houve mobilização da participação social junto aos demais representantes da sociedade no GTT PNAPO, com o compartilhamento das agendas, programação e materiais das plenárias estaduais, da devolutiva da dimensão estratégica do PPA Participativo, assim como do relatório parcial da Plataforma Brasil Participativo.

Foram também tratadas as demandas sobre as ações estratégicas da agroecologia e produção

orgânica para serem encaminhadas ainda neste ano de 2023, tais como a elaboração e lançamento do Planapo III, o Pronara, o Programa Ecoforte, NEAs, assim como estratégias de monitoramento, retomando o trabalho do GT Monitoramento e Avaliação, por exemplo.

De fato, o principal tema orientador dos debates feitos nas reuniões do Grupo Assessor foi a proposta de recomposição das instâncias de gestão da PNAPO, com sugestões para a alteração e atualização do Decreto nº 7.794/2012.

### **A PROPOSTA DE RECOMPOSIÇÃO DAS INSTÂNCIAS DE GESTÃO DA PNAPO**

Objeto central do GTT PNAPO e deste relatório, outro principal encaminhamento da 1ª reunião foi a elaboração de uma proposta para recomposição da CNAPO. A proposta continuou a ser amplamente debatida durante as reuniões do Grupo Assessor, em que houve a indicação de 10 ministérios e entidades a serem convidados para comporem a CNAPO. Foi sugerida a indicação da área, secretaria e diretoria dentro de cada Ministério e entidade indicada, com a finalidade de direcionar melhor a demanda e encontrar os espaços que mais dialogam com a PNAPO.

Assim, foram realizadas outras 08 reuniões entre representantes do Grupo Assessor do GTT PNAPO e representantes dos ministérios e entidades abaixo listados, conforme detalhamento das áreas, datas e status abaixo:

<b>Órgãos e Ministérios sugeridos pela Sociedade Civil para compor a CNAPO</b>			
<b>Ministério/ Órgão/ Entidade</b>	<b>Diretoria/ Secretaria/ Área</b>	<b>Data</b>	<b>Situação</b>
Ministério das Cidades	Sec. de Territórios Periféricos	26/04	Sem disponibilidade no momento
Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional	Sec. Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial	03/05	De acordo
Ministério da Igualdade Racial	Sec. de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos	04/05	De acordo
Ministério das Mulheres	Sec. de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política e Assessoria do Campo, das Florestas e das Águas	04/05	De acordo
Ministério dos Povos Indígenas	Sec. de Gestão Ambiental e Territorial	10/05	De acordo
Fiocruz	Vice Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde	11/05	De acordo
Ministério da Cultura	Sec. de Economia Criativa e Fomento Cultural	–	Sem retorno
Anater	Diretoria Técnica	08/05	De acordo

Fundação Banco do Brasil	–	–	Opção como convidado
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Diretoria Socioambiental	16/06	Opção como convidado

**Principais pontos e encaminhamentos das reuniões com os Ministérios e entidades convidados para comporem a CNAPO:**

Nas reuniões com os órgãos e ministérios, os membros do Grupo Assessor do GTT PNAPO recuperaram um breve histórico da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída pelo Decreto nº 7.792/2012, suas instâncias de gestão (Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO e Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO) e seu principal instrumento que é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

Os representantes do GTT destacaram o protagonismo e a trajetória dos vários segmentos e públicos centrais de cada órgão/ministério elencado na construção da agroecologia enquanto política pública, tal como as mulheres rurais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, extensionistas, comunidades periféricas, por exemplo.

Destacaram o caráter paritário da CNAPO, com representação da sociedade civil e do governo; suas Subcomissões Temáticas e principais ações até o impedimento do governo Dilma Rousseff, seguido do desmonte institucional dessa instância de participação social.

Seguiram contextualizando o momento atual, na forma de um GTT PNAPO, com o objetivo de repensar a composição da Comissão. Assim, expuseram os principais encaminhamentos da 1ª reunião do GTT PNAPO, em que surgiu o Grupo Assessor e a sugestão de trazer novos órgãos e ministérios para a CNAPO.

**RESULTADOS E PASSOS SEGUINTE**

Como produto principal do GTT PNAPO, foi publicado o [Decreto nº 11.582, de 28 de junho de 2023](#), que altera o Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, ampliando a composição paritária da CNAPO para 21 membros de governo e 21 membros da sociedade civil.

A atualização do Decreto nº 7.794/2012 prevê que os vinte e um representantes de governo serão indicados pelos titulares dos órgãos, entidades e serviço social que representam e designados em ato do Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República. E os membros da sociedade civil na CNAPO e respectivos suplentes serão escolhidos em processo de seleção pública coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República.